

Sumário

Prefácio	xvii
Nota Prévia do Autor	xix

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

Capítulo I – Introdução	3
1. Noção de Direito e a Natureza Humana	3
2. Realidade Jurídica e o Direito como Sistema	7
2.1. Entendendo o direito contemporâneo como um sistema de valores (axio- lógico)	7
2.2. As Teorias sobre o Direito Natural	8
2.3. O positivismo jurídico de Kelsen	9
2.4. Conceito e fases evolutivas do Direito Civil	11
3. Direito Civil-Constitucional	13
3.1. Pré-compreensão	13
3.2. Origem e evolução do constitucionalismo	17
3.3. A “crise do direito civil” como efeito desse movimento	19
3.4. A solução através do direito civil-constitucional	21
3.5. Aplicação em um acórdão do STJ	23
3.6. Conclusão	25
4. Direito Subjetivo	25
4.1. Origem do direito subjetivo e a distinção do direito objetivo	26
4.2. Controvérsia sobre as teorias conceituais	27
4.3. Situação jurídica e relação jurídica	30
4.4. Direito potestativo e sujeição	32
4.5. Ônus	33
4.6. Dever jurídico e obrigação	33
4.7. Faculdade jurídica	34
4.8. Faculdade simples	35
4.9. Expectativa de direito	35
4.10. Direito eventual	36
4.11. Poder jurídico	36
5. Direito Objetivo	36
5.1. Controvérsia sobre as fontes do direito	36
5.2. A visão tridimensional de Miguel Reale	38
5.3. Conceito de lei e sua importância para o STF	38
5.4. Características das leis	40
5.5. Classificação das leis	41

5.6. Fases de elaboração da lei	43
6. Lei de Introdução ao Código Civil.....	45
6.1. Nomenclatura e objeto	45
6.2. O vigor, a vigência e a eficácia da lei: art. 1º da L.I.C.C.	46
6.2.1. Princípio do prazo único ou simultâneo	46
6.2.2. Vigência e vigor	46
6.2.3. Vigência e eficácia	48
6.2.4. O debate sobre a revogação do art. 1º da L.I.C.C. pelo art. 8º da L.C./95..	48
6.2.5. Entrada em vigor do C.C./02: a posição do STJ	49
6.3. Revogação e o art. 2º da L.I.C.C.	51
6.3.1. Espécies de revogação e a ineficácia social	51
6.3.2. Alguns casos polêmicos no C.C./02	52
6.3.3. “Revogam-se as disposições em contrário”: revogação expressa?	52
6.3.4. Lei geral e especial: regra e exceção	53
6.4. Repristinção	54
6.4.1. Impossibilidade e a exceção	54
6.4.2. Efeito repristinatório e o STF.....	54
6.5. Princípio da obrigatoriedade e as diversas teorias justificativas.....	55
6.5.1. As teorias sobre a inescusabilidade.....	55
6.5.2. O erro de direito	55
6.5.3. Proibição do <i>non liquet</i>	56
6.6. A polêmica sobre as lacunas e a técnica da integração	57
6.6.1. Analogia.....	57
6.6.2. Costumes	58
6.6.3. Princípios gerais do direito	59
6.6.4. Equidade	60
6.7. Interpretação das leis e o art. 5º da L.I.C.C.....	61
6.7.1. Conceito e a interpretação constitucional.....	61
6.7.2. O desacerto do <i>in claris cessat interpretatio</i>	62
6.7.3. As teorias metodológicas sobre a interpretação.....	62
6.7.4. A classificação de Savigny	63
7. Direito Intertemporal	67
7.1. Os interesses em colisão.....	67
7.2. Um caso concreto de direito transitório julgado pelo STJ	67
7.3. Os três sistemas sobre o direito transitório.....	68
7.4. As teorias subjetiva e objetiva sobre o direito transitório.....	69
7.5. A teoria adotada no Brasil na visão do STF e os graus de retroatividade ...	70
7.5.1. Retroatividade em grau máximo.....	71
7.5.2. Retroatividade em grau médio.....	71
7.5.3. Retroatividade em grau mínimo	71
7.5.4. A posição do STF sobre a retroatividade mínima	73
7.6. A posição do STJ (anterior ao C.C./02)	75
7.6.1. A súmula 285 do STJ	75
7.6.2. A (in)constitucionalidade do art. 2.035 do C.C./02	75

7.6.3. A posição do STJ (posterior ao C.C./02).....	79
7.7. Retroatividade mínima e a Emenda Constitucional.....	82
8. Codificação do Direito Civil (C.C./16 e C.C./02).....	85
8.1. O Código Civil de 1916.....	85
8.1.1. Em que consiste um código?.....	85
8.1.2. Os períodos pré e pós-colonial.....	86
8.1.3. As tentativas de codificação no intervalo entre o C.C./1916 e o C.C./02..	87
8.2. O Código Civil de 2002.....	88
8.2.1. A comissão dos seis e sua coordenação.....	88
9. Paradigmas do Código Civil de 2002.....	89
9.1. As diversas diretrizes traçadas por Reale.....	89
9.2. A adoção da técnica constitucional aberta (pós-positivista): distinção entre a cláusula geral e o conceito jurídico indeterminado.....	90
9.3. O ocaso da técnica da subsunção.....	91
9.4. O princípio da eticidade.....	92
9.4.1. A recepção da boa-fé objetiva.....	92
9.4.2. Distinção entre a boa-fé objetiva e subjetiva.....	92
9.4.3. A tríplice função da boa-fé objetiva.....	94
9.4.4. Venire contra factum proprium e sua aplicação no STJ.....	98
9.4.5. Supressio (Verwirkung ou caducidade).....	100
9.4.6. Surrectio.....	101
9.4.7. Tu quoque e estoppel.....	101
9.4.8. Proibição de alegação da própria torpeza (<i>nemo auditur turpitudinem allegans</i>).....	102
9.4.9. Aplicação da boa-fé no STJ.....	102
9.5. Socialidade.....	104
9.5.1. Pré-compreensão.....	104
9.5.2. A função social dos contratos.....	106
9.5.3. A função social da posse e da propriedade.....	110
9.6. Operabilidade.....	111
9.6.1. Objetivo.....	111
9.6.2. O exemplo da prescrição e decadência.....	111
10. Diálogo das Fontes e a Hermenêutica Tradicional.....	112
10.1. A hermenêutica clássica e o diálogo.....	112
10.2. As três modalidades de diálogos.....	113

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

Capítulo I – Pessoa Natural	117
1. Pessoa Natural.....	117
1.1. A discussão sobre a utilidade da Parte Geral.....	117
1.2. Personalidade jurídica.....	120
1.2.1. Conceito clássico e leitura civil-constitucional.....	120
1.2.2. Distinção da capacidade jurídica.....	123

1.2.3. Distinção da legitimação	125
1.2.4. Distinção da capacidade de fato.....	125
1.2.5. Início da personalidade: teorias doutrinárias e a posição do STJ e STF..	126
1.2.6. Fim da personalidade: morte real e presumida.....	130
1.2.7. Comoriência	132
1.3. Ausência	135
1.3.1. Aspectos gerais.....	135
1.3.2. As fases e o procedimento.....	137
1.3.3. Efeitos no casamento	149
1.4. Sistema da Incapacidade.....	150
1.4.1. Conceito de incapacidade.....	150
1.4.2. Incapacidade absoluta.....	151
1.4.3. Incapacidade relativa	156
1.4.4. Natureza da sentença de interdição.....	160
1.4.5. Natureza do ato praticado anteriormente à interdição	161
1.4.6. A (não) proteção ao adquirente de boa-fé e o STJ.....	161
1.5. Emancipação	163
1.5.1. Aspectos gerais.....	163
1.5.2. Espécies de emancipação.....	163
1.6. Registro público.....	170
1.6.1. Aspectos constitucionais e legais	170
1.6.2. Natureza jurídica da atividade notarial e de registro segundo o STF: serviço público prestado por delegatário atípico	172
1.6.3. Distinção entre registro e averbação	172
1.7. Direitos da Personalidade	173
1.7.1. Declínio oitocentista e o apogeu do ser humano.....	173
1.7.2. A discussão sobre a existência da categoria	175
1.7.3. Distinção entre personalidade jurídica e direitos da personalidade..	177
1.7.4. Conceito de direitos da personalidade.....	179
1.7.5. Dignidade da pessoa humana e direitos da personalidade	179
1.7.6. A dignidade da pessoa humana na jurisprudência do STJ e do STF..	180
1.7.7. Direitos fundamentais e direitos da personalidade.....	181
1.7.8. Direitos da personalidade e a pessoa jurídica.....	188
1.7.9. Características dos direitos da personalidade.....	191
1.7.10. Classificação dos direitos da personalidade.....	206
1.7.11. Questões controvertidas sobre os direitos da personalidade.....	207
1.7.11.1. A vida e o aborto do anencéfalo.....	207
1.7.11.2. A vida e a ilicitude da eutanásia.....	210
1.7.11.3. Direito ao corpo e o transexual	211
1.7.11.4. Obrigatoriedade do exame de DNA em investigação de paternidade de acordo com o STF e o STJ	214
1.7.11.5. O pseudo-hermafroditismo.....	218
1.7.11.6. Testemunhas de Jeová.....	218
1.7.11.7. “Barriga de aluguel” ou gestação por substituição.....	220

1.7.11.8. Técnica de reprodução assistida	220
1.7.11.9. Debate sobre a constitucionalidade na manipulação de célula-tronco embrionária e a posição do STF	222
1.7.11.10. Clonagem (humana e terapêutica)	225
1.7.11.11. Transplante	226
1.7.11.12. Direito à imagem, à palavra e aos escritos: o artigo 20 do C.C./02.....	228
1.7.11.13. Direito à vida privada (art. 21 do C.C./02)	238
Capítulo II – Pessoas Jurídicas	243
1. Introdução	243
1.2. Personalidade jurídica da pessoa jurídica.....	243
1.3. Origem e a perspectiva civil-constitucional	244
1.4. Nomenclatura	245
1.5. Natureza Jurídica	245
1.6. “Representação” da pessoa jurídica.....	247
1.7. Elementos da pessoa jurídica: material e formal	249
1.8. Registro da pessoa jurídica	249
1.8.1. Atribuição e natureza jurídica	249
1.8.2. Registro da sociedade cooperativa	250
1.8.3. Registro dos partidos políticos	251
1.8.4. Registro da sociedade de advogados	251
1.8.5. Registro das associações, fundações e direito transitório	252
1.8.6. Normatividade e os entes (pessoas) formais.....	253
2. Responsabilidade Civil das pessoas jurídicas.....	255
2.1. Aspectos gerais.....	255
2.2. Responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado na visão do C.C./02..	256
2.3. Responsabilidade da pessoa jurídica de direito público interno e a diver- gência na jurisprudência do STF	257
3. Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica	259
3.1. Origem do instituto	259
3.2. Requisitos: teorias maior e menor e o STJ	262
3.3. Desconsideração direta, indireta, inversa e o STJ.....	266
3.4. Momento processual da desconsideração e o STJ.....	267
4. Classificação da Pessoa Jurídica	268
4.1. Pessoas jurídicas de direito público	268
4.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	271
5. Associação	272
5.1. Associação: uma perspectiva constitucional	272
5.2. A obrigatoriedade (ou não) de contribuição no “condomínio de fato” e a divergência na jurisprudência do STJ.....	274
5.3. Associação: constituição e direitos dos associados.....	277
5.4. Transmissibilidade da qualidade de associado	279
5.5. Exclusão do associado.....	280

5.6. Extinção da associação.....	281
6. Fundação	282
6.1. Teoria geral, dinâmica do seu funcionamento e o Ministério Público	282
6.2. Fundação de direito público	282
6.3. Constituição, elaboração de atos constitutivos, aprovação e registro	284
6.4. Fiscalização das fundações: uma regra inconstitucional de acordo com o STF.....	286
6.5. Alteração e extinção das fundações.....	288
Capítulo III – Bens Jurídicos.....	291
1. Introdução.....	291
1.1. Distinção entre patrimônio objetivo e subjetivo	291
1.2. Distinção entre bens e coisas	293
2. Classificação dos Bens.....	294
2.1. Bens Considerados em si Mesmos	294
2.1.1. Corpóreos e incorpóreos.....	294
2.1.2. Imóveis (arts. 79 a 81 do C.C./02).....	295
2.1.3. Móveis (arts. 82 a 84 do C.C./02).....	297
2.1.4. Fungíveis e infungíveis (art. 85)	298
2.1.5. Consumíveis (art. 86).....	299
2.1.6. Divisíveis e indivisíveis (arts. 87 e 88)	299
2.1.7. Singulares e coletivos (arts. 89 a 91).....	300
2.2. Bens reciprocamente considerados.....	301
2.2.1. Princípio da gravitação jurídica e suas exceções.....	301
2.2.2. Benfeitorias	302
2.2.3. Produtos	306
2.2.4. Frutos.....	307
2.2.5. Pertencas (arts. 93 e 94)	308
2.3. Bens Públicos.....	311
2.3.1. Conceito de bens públicos.....	311
2.3.2. Natureza jurídica dos bens das empresas públicas no STJ e STF	311
2.3.3. Classificação quanto à destinação	314
2.3.4. Alienação condicionada de bens públicos.....	314
2.3.5. Possibilidade de usucapião e o STF	315
2.4. Bem de Família	316
2.4.1. O bem de família como expressão do patrimônio mínimo.....	316
2.4.2. Aspectos relevante sobre o bem de família no STJ.....	317
2.4.3. Exceções legais a regra da impenhorabilidade	320
2.4.4. Bem de família convencional.....	324
Capítulo IV – Fatos Jurídicos.....	327
1. Introdução.....	327
1.1. Fato e relação jurídica	327
1.2. Conceito de fato jurídico.....	328
2. Classificação do Fato Jurídico	328

2.1. Fato jurídico natural.....	329
2.2. Fato Jurídico humano ilícito (ato ilícito)	330
2.2.1. A opção do legislador entre “ato jurídico ilícito” ou apenas “ato ilícito”.....	330
2.2.2. Crítica quanto a natureza de ato ilícito do abuso de direito.....	331
2.2.3. Responsabilidade objetiva e subjetiva: o modelo dual do C.C./02....	333
2.2.4. As causas que excluem a ilicitude.....	334
2.3. Fato jurídico humano lícito (ato jurídico)	334
2.3.1. Ato-fato-jurídico.....	336
2.3.2. Ato jurídico stricto sensu	337
3. Negócio Jurídico	338
3.1. Introdução e relevância do tema	338
3.2. As diversas teorias conceituais do negócio jurídico	339
3.2.1. Teoria voluntarista (definição pela gênese ou origem)	339
3.2.2. Teoria objetivista (definição pela função).....	340
3.2.3. Teoria Estrutural.....	341
3.3. Planos do negócio jurídico: existência, validade e eficácia.....	342
3.3.1. Plano da existência (elementos constitutivos).....	343
3.3.2. Plano da validade e a correta leitura do art. 104 do C.C./02	344
3.3.3. Plano da eficácia: a ineficácia em sentido amplo e estrito; a ineficácia simples e relativa. Uma aplicação pelo STJ (Súmula 332).....	346
3.4. Formas de manifestação de vontade.....	347
3.4.1. Manifestação expressa, tácita e presumida.....	347
3.4.2. O silêncio como forma de manifestação de vontade	348
4. Interpretação do Negócio Jurídico.....	349
4.1. Conceito de interpretação dos negócios.....	349
4.2. Regras do C.C./02 sobre a interpretação dos negócios	349
4.3. Um caso de interpretação no STJ: a prorrogação do contrato de locação por prazo indeterminado e a situação do fiador	351
5. Representação no Negócio Jurídico.....	352
5.1. Conceito e as representações direta e indireta	352
5.2. Representação convencional e legal: distinção do mandato.....	354
5.3. A possibilidade de representação sem outorga de poderes	355
5.4. Contrato consigo mesmo ou autocontrato: o “contrato de gaveta” e o STJ	358
5.5. Anulação por conflito de interesses	361
6. Condição, Termo e Encargo.....	362
6.1. Introdução e posição dos institutos no C.C./02	362
6.2. Condição	363
6.2.1. Conceito e elementos	363
6.2.2. Negócios incondicionais.....	365
6.2.3. Possibilidade da condição (natural ou física e jurídica)	365
6.2.4. Licitude da condição.....	366
6.2.5. Condição suspensiva e resolutiva.....	367
6.3. Termo	370

6.3.1. Conceito e elementos	370
6.3.2. Espécies.....	370
6.3.3. Conceito de prazo e forma de contagem.....	371
6.4. Encargo (modo)	372
6.4.1. Conceito e requisitos	372
6.4.2. Conseqüência do descumprimento do encargo e o MP	373
6.4.3. Prazo para a revogação	374
7. Plano da Validade.....	374
7.1. A validade e o art. 104 do C.C./02.....	374
7.2. Espécies de invalidade.....	376
7.2.1. Nulidade absoluta e relativa: as duas teorias distintas.....	376
7.3. Princípio da conservação dos negócios jurídicos.....	378
7.3.1. Conversão substancial	379
7.3.2. Teoria da redução	380
7.3.3. Teoria da confirmação.....	381
7.4. Nulo e anulável: as diversas formas de promover a distinção	383
7.4.1. Ato anulável não é válido.....	383
7.4.2. Divergência quanto à produção de efeitos dos atos nulo e anulável.....	383
7.4.3. A impropriedade da locução “nulidade de pleno direito”.....	387
7.4.4. Distinção quanto aos efeitos: polêmica sobre os efeitos ex tunc para os atos nulo e anulável	388
7.4.5. Proteção do terceiro de boa-fé.....	390
7.4.6. Convalescimento pelo tempo (art. 169 do C.C./02).....	394
7.4.7. Legitimidade para arguição (arts. 170 e 177)	396
7.4.8. Necessidade de prejuízo para a invalidação	398
7.4.9. Natureza da sentença de nulidade e anulabilidade.....	399
8. Principais Causas de Nulidade (art. 166 do C.C./02).....	401
8.1. Incapacidade absoluta (inciso I)	401
8.2. Objeto ilícito, impossível ou indeterminável (inciso II)	402
8.3. Motivo ilícito comum a ambas as partes.....	402
8.3.1. Sistemas causalista (francês) e anticausalista (alemão).....	402
8.3.2. Causa em sentido objetivo e subjetivo	403
8.3.3. Análise do inciso III	403
8.3.4. Causa e função social.....	403
8.4. Formaprescrita ou não defesa e solenidade (incisos IV e V)	404
8.5. Fraude à lei (inciso VI).....	406
8.6. Nulidade textual e virtual (inciso VII).....	406
9. Principais Causa de Anulabilidade	407
9.1. Incapacidade relativa.....	407
9.2. Defeitos do negócio jurídico.....	407
9.2.1. Espécies de defeitos	407
9.2.2. Teorias sobre os vícios do consentimento.....	408
9.2.3. Erro	409
9.2.4. Dolo	418

9.2.5. Coação	421
9.2.6. Estado de perigo	425
9.2.7. Lesão	428
9.2.8. Fraude contra Credores	432
9.2.8.1. Conceito	432
9.2.8.2. Aspectos processuais.....	433
9.2.8.3. Requisitos	435
9.3. Simulação	445
9.3.1. Conceito	445
9.3.2. Espécie de simulação	447
10. Prescrição e Decadência.....	456
10.1. Fundamento do instituto.....	456
10.2. Prescrição aquisitiva e extintiva?.....	458
10.3. Teoria conceituais sobre a prescrição.....	459
10.4. Conceito de decadência, distinção e a operabilidade	464
10.5. Renúncia à prescrição: o art. 191 do C.C./02.....	465
10.6. Conhecimento em qualquer grau e o Superior Tribunal de Justiça: art. 193 do C.C./02	466
10.6.1. Arguição em grau de Recurso Especial	466
10.6.2. Arguição da prescrição em sede de embargos ou impugnação	469
10.7. Arguição pelo terceiro.....	469
10.8. Prescritibilidade das exceções: distinção necessária (art. 190 do C.C./2002) ..	470
10.9. A prescrição de ofício: interesse público x privado (art. 219, § 5º, do CPC)..	471
10.10. Prescrição da execução civil de sentença penal: art. 200 do C.C./02	473
10.11. Acesso temporis na sucessão inter vivos e mortis causa: art. 196 do C.C./02	474
10.12. Suspensão e impedimento do prazo	474
10.13. Art. 197 do C.C./02: as causas subjetivas bilaterais	475
10.14. Art. 198 do C.C./02: as causas subjetivas unilaterais	477
10.15. Art. 199: as causas objetivas.....	477
10.16. Interrupção do prazo prescricional: art. 202 do C.C./02.....	479
10.16.1. Inciso I.....	479
10.16.2. Inciso II	481
10.16.3. Inciso III	481
10.16.4. Inciso IV	482
10.16.5. Inciso V	482
10.16.6. Inciso VI.....	483
10.17. Reinício do curso do prazo prescricional: parágrafo único do art. 202 do C.C./02.....	484
10.18. Prescrição intercorrente.....	485
10.19. Decadência legal e convencional: distinção e regramento	486
10.20. Decadência no CDC: a natureza do art. 26, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor	487
10.21. Prazos prescricionais: aspectos relevantes	489

10.21.1. Prazo de 1 ano: § 1º do art. 206 do C.C./02	489
10.21.2. Prazo de 2 anos: § 2º do art. 206 do C.C./02	492
10.21.3. Prazo de 3 anos: § 3º do art. 206 do C.C./02	493
10.21.4. Prazo de 4 anos: § 4º do art. 206 do C.C./02	499
10.21.5. Prazo de 5 anos: § 5º do art. 206 do C.C./02	499
10.22. Direito Transitório e a posição do STJ	500
Referências bibliográficas	503